

JOAQUIM DE CARVALHO E A MISSÃO PORTUGUESA NO BRASIL

Débora Dias

No ano de 1953, pela primeira vez, o professor Joaquim de Carvalho se preparava para atravessar o Atlântico em direção ao Brasil. No entanto, sob as vistas do Estado Novo de Salazar, a ida de um intelectual português à ex-colônia reunia condicionantes e significados particulares na década de cinquenta. O caminho era conhecido por muitos que fugiam da pobreza e buscavam melhor sorte, com uma emigração que voltava a crescer após duas décadas de refluxo. Também itinerário de exílio para opositores ao regime autoritário vigente, que perdurava no pós-guerra embalado pela defesa anticomunista. Contexto ainda em que o Estado Novo português, interessado na manutenção das suas colônias frente a um cenário internacional adverso a causa, renovava esforços diplomáticos na aproximação estratégica com o Brasil, bem como buscava afirmar nomes ligados ao regime como representantes únicos do pensamento português.

No caso aqui tratado, tais questões conjunturais se traduzem nas resistências institucionais, ou melhor, nos obstáculos “materiais e morais”, dito por Joaquim de Carvalho, para concretizar a sua travessia ao Brasil como professor visitante na Universidade de São Paulo (USP). “A minha ida está tão comprometida, pois a considero já como impossível”, escreveu a João Cruz Costa, professor da

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP), em 12 de janeiro de 1953¹.

O amigo brasileiro acompanhava nas cartas a narrativa de empecilhos à viagem, aguardando um desfecho em Portugal. Isso porque o convite para lecionar por três meses como professor visitante na USP, proposto por Cruz Costa, aprovado por unanimidade pelo Conselho Técnico Administrativo e pela Congregação da FFCL-USP e referendado pelo Governador do estado de São Paulo em princípios de 1952, garantia a estadia de Joaquim de Carvalho e de uma acompanhante quando em terras brasileiras². No entanto, precisava levantar em Portugal as condições para a viagem marítima, subsidiadas somente em parte pelo Instituto de Alta Cultura (IAC)³.

Como última possibilidade, restava o pedido pessoal do Reitor da Universidade de Coimbra ao empresário dono da Companhia de Navegação, Bernardino Correia, para que pudesse auxiliar nos custos restantes do traslado marítimo, de acordo com os ofícios enviados⁴. “Isto é o que consta do que se lê nos documentos; por

¹ CARVALHO, Joaquim de – Correspondência a João Cruz Costa (Coimbra, 12/1/53), Arquivo Pessoal João Cruz Costa, Universidade de São Paulo.

² Datam de 29 de janeiro de 1952, os três ofícios expedidos pelo diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), Eurípedes Simões de Paula, formalizando o convite para Joaquim de Carvalho lecionar, de agosto a outubro ainda naquele ano, dois cursos na secção de Filosofia. O primeiro ofício (S-27-52) destina-se ao presidente do Instituto para a Alta Cultura, em Lisboa; o segundo (S-28-52), ao Reitor da Universidade de Coimbra solicitando a liberação para a viagem; o terceiro ofício (S-29-52), para o próprio Joaquim de Carvalho, formalizando o convite e informando que são assegurados honorários de C\$18.700,00 mensais para estadia no país. Foram consultadas as cópias dos ofícios com a assinatura original de Simões de Paula que constam no Arquivo Pessoal João Cruz Costa, sem cotas, depositado na Biblioteca Florestan Fernandes, na USP. Bem como o original destinado a Joaquim de Carvalho, de posse de familiares.

³ De 1952 a 1976, o Instituto de Alta Cultura (IAC) foi o organismo responsável pela condução da política cultural, de divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e de investigação científica durante o Estado Novo. Cf. Decreto-Lei n.º 38:680 de 17 de março de 1952. Disponível em linha: www.fct.pt/historia/docs/DecretoLei38680_1952.pdf (último acesso em 6/2/2017).

⁴ CARVALHO, Joaquim de Carvalho – Correspondência a Cruz Costa (Coimbra, 3/12/52), Arquivo Pessoal João Cruz Costa, Universidade de São Paulo. Há ainda

traz da cortina, porém fui advertido por um amigo colega, muito da situação, que a minha viagem não era considerada oficialmente de *persona grata*⁵, alertava o professor de Coimbra ao amigo Cruz Costa em correio privado.

As razões para assim ser considerado pelo regime já as conhecia. Demoliberal, de formação republicana, Joaquim de Carvalho defendia os princípios democráticos e a liberdade de pensamento, não se alinhava ao regime ditatorial consolidado nos anos de 1930 e mantinha laços com setores da oposição política, especialmente entre os republicanos liberais, muitos dos quais haviam emigrado ao Brasil. Até o fim da vida é vigiado de perto pela Polícia Internacional de Vigilância e Defesa do Estado (PIDE), conforme atesta processo individual em seu nome⁶ localizado nos arquivos da polícia política do Estado Novo⁷. Ao falecer em 1958, é descrito pela repressão como “democrata-republicano dos mais convictos e ativos”⁸.

Em princípios da década de 1950, Joaquim de Carvalho resguardava-se em uma posição de resistência cautelosa. Já havia sofrido ações

correspondência institucional sobre a viagem ao Brasil em “Joaquim de Carvalho”, Processo de Professores, cx. 33. Cota: AUC-IV1*D-6-3-33. Arquivo da Universidade de Coimbra.

⁵ CARVALHO, Joaquim de Carvalho – Correspondência a Cruz Costa (Coimbra, 12/1/53), Arquivo Pessoal Cruz Costa, Universidade de São Paulo.

⁶ Arquivo PIDE/DGS. Joaquim de Carvalho, Del.Coimbra PI-646, NT 10390. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

⁷ A Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) é criada em 1945 e funciona até 1969 quando é sucedida pela Direção Geral de Segurança (DGS), extinta em 1974. Especializada na informação, vigilância, investigação e repressão política, a PIDE substitui a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que funcionou de 1933 a 1945. Ambas constituíram a polícia política do regime, cuja principal função era o combate aos “crimes políticos”, considerados “contra a segurança externa e interna do Estado”. PIMENTEL, Irene Flunser – *A história da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011, p. 11.

⁸ A informação é registrada no Boletim de Informação n.º 236594 da PIDE, assinado em 24 de novembro de 1958 por José Barreto Sacchetti, inspetor adjunto da polícia em Coimbra. ARQUIVO PIDE/DGS. Pasta Joaquim de Carvalho, Del.Coimbra, BOL 236594, NT8166, fol. 1. Depósito no Arquivo Nacional Torre do Tombo. Joaquim de Carvalho faleceu em 27 de outubro de 1958.

diretas e indiretas de retaliação pelo regime, a mais gritante ainda em 1934 com o fechamento da Imprensa da Universidade de Coimbra por ordens de Salazar. Como administrador da Imprensa, enfrentou o fim da tipografia e casa editora centenária, a interrupção de seus projetos editoriais e a demissão em massa dos funcionários. Na sequência do recrudescimento autoritário, em maio de 1935, teve seu auxiliar dileto, Sílvio Lima, expulso da universidade⁹, vaga a qual não aceita preencher, em uma denúncia contínua e silenciosa¹⁰. Isolado e sob a vigilância do regime, Joaquim de Carvalho não é apontado como uma ameaça, em 1949, pela PIDE. “É antissituacionista, de ideias democráticas. Não consta, porém, que presentemente exerça qualquer atividade política”, informava o chefe da delegação da PIDE de Coimbra para o escritório da polícia em Lisboa¹¹.

⁹ Sílvio Lima e outros professores foram demitidos compulsoriamente na sequência do Decreto-Lei n.º 25.317, de 13 de maio de 1935, o qual justificava a demissão dos funcionários ou empregados, civis e militares, desde que tivessem revelado “espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política” ou não dessem “garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado”. Em 1935, são demitidos Abel Salazar, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; Álvaro Isidoro de Faria, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; Aurélio Quintanilha, catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra; Norton de Matos, general e professor da IST da Universidade Técnica de Lisboa; Rodrigues Lapa, catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Sílvio Lima, auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Cf. ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina – *A perseguição aos professores. Estado Novo e Universidade*. Lisboa: Tinta da China, 2013, p. 58-59.

¹⁰ Estudos de Paulo Archer de Carvalho relacionam a expulsão de Sílvio Lima com uma série de medidas do regime autoritário contra a liberdade de pensamento, atingindo pessoalmente Joaquim de Carvalho. Archer destaca que a expulsão do professor auxiliar por causas políticas foi alvo da denúncia de Joaquim de Carvalho, “num silêncio acusador; ao inviabilizar qualquer assédio ao lugar vazio, vendo como suprema indignidade quem o queira preencher (como Delfim Santos sem êxito fez)”. CARVALHO, Paulo Archer de – Sílvio Lima, ou o retorno do recalçado. *Revista Filosófica de Coimbra*, n.º 39 (2011), p. 213-244, p. 222.

¹¹ Coimbra, 2/5/1949, S.I.R 230/949, Confidencial. Comunicação ao diretor da PIDE-Lisboa, em resposta ao ofício confidencial n.º 754/S.I.R, de 25 de abril de 1949, enviada pelo chefe da delegação da polícia política de Coimbra. PIDE/DGS Joaquim de Carvalho Del.Coimbra, Processo Individual (PI) 646, NT10390, fl. 120. Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Para além da trajetória individual, é importante sublinhar que as tensões em torno da viagem do professor de Coimbra ao Brasil não estão isoladas dos significados que cercavam a presença de intelectuais portugueses naquele país nos anos 1950. Para fazer frente a visão difundida pela oposição exilada (de um Portugal pobre, com um governo autoritário, de perseguições políticas, censura e pensamento restrito), interessava ao Estado Novo de Salazar projetar nomes que fortalecessem na ex-colônia a versão de que existia em Portugal um regime “justo” e “defensor da ordem”, dos “valores cristãos”, com um corporativismo de conciliação e “união nacional”, que mantinha um Império ultramarino numa história mitificada¹².

Com isso, trata-se aqui da situação peculiar de um pensador português não alinhado ao salazarismo, com vínculos institucionais acadêmicos, que desejava lecionar em uma universidade brasileira e voltar a Portugal. Tarefa complexa num período de disputas entre situação e oposição ao regime em Portugal que incluíam a legitimidade dos nomes e das ideias que seriam difundidas no Brasil. Frente a esse cenário, pretende-se analisar de que modo a viagem de Joaquim de Carvalho se insere na teia de relações e embates entre oposicionistas, brasileiros e portugueses, ao governo de Salazar, bem como os mecanismos de vigilância e repressão do regime português com alcance do outro lado do Atlântico.

¹² Reis Torgal ressalta que o Estado Novo de Salazar, como todos os estados autoritários, consolidou-se e persistiu (no caso por cerca de 40 anos) por meio de aparelhos repressivos e reprodutores dessa ideologia. Para além “de instituições policiais e censórias, necessitou ter ao seu serviço instituições da cultura e da propaganda”. Tais instituições foram representadas especialmente pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933 e convertido no fim da Segunda Guerra, em 1944, em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Em 1968, com Marcelo Caetano a substituir Salazar, foi transformado em Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT). TORGAL, Luís Reis – “Intelectuais orgânicos e políticos funcionais do Estado Novo”. In PITA, António Pedro; TRINDADE, Luís (Coords.) – *Transformações estruturais do campo cultural português 1900-1950*. Coimbra: Ariadne Editora/Ceis 20, 2005, p. 235-253, p. 238.

A missão portuguesa no Brasil

De personalidade discreta, pai de uma família numerosa e com fortes vínculos à vida universitária, Joaquim de Carvalho não cogitava o exílio em 1953. Apesar de atingido pela ação autoritária, manteve-se como professor catedrático da Universidade de Coimbra e sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa, possuía prestígio acadêmico internacional, foi secretário da notória *Societas Spinoziana*, de Haia, dirigia a *Revista Filosófica* e a coleção de livros universitários da Biblioteca Filosófica, ambos da Atlântida Editora, em Coimbra. Não se alinhava às ideias do regime, mas se resguardava no respeito intelectual que alguns nomes da situação lhe tinham, mormente aqueles com quem tinha interlocução, mesmo mantidas as posições divergentes¹³.

Por outro lado, os antecedentes da viagem de Joaquim de Carvalho ao Brasil em 1953 estão ligados às movimentações de intelectuais portugueses que também têm merecido – na esteira da nomenclatura aplicada a outros países – a designação de “missão”. Sublinhe-se que o uso desta expressão referencia um conjunto de práticas de intelectuais portugueses do outro lado do Atlântico em diferentes áreas, como as do Jornalismo, Artes Plásticas, Edição, Teatro, Política, Ensino Universitário de Letras, História, Filosofia, Matemática. Ela é assinalável desde o fim dos anos de 1930, teve um maior incremento na década de 1940 e atingiu seu ponto máximo nos anos de 1950 a 1960. O golpe político de 1964, que instituiu a ditadura civil-militar brasileira, marcou o declínio dessa participação.

Contemporâneo desta presença ainda como estudante e depois como professor da Universidade de São Paulo (USP), o crítico literário Antônio Cândido caracterizou-a como uma ação “emanada de um conjunto não

¹³ Não sendo esta a oportunidade para aprofundar esse ponto, cita-se, de forma superficial e somente para fins de exemplo, a correspondência que Joaquim de Carvalho manteve com Alfredo Pimenta e Marcelo Caetano (genro de João de Barros) que, de formas diferentes, estavam vinculados ao regime.

sistemático, nem cronologicamente concentrado de pessoas¹⁴ e que alcançou “boa parte do país”, ultrapassando os meios universitários, como um acontecimento que “trouxe contribuições culturais positivas e renovadoras, devidas a homens de pensamento e sensibilidade que representavam as nossas raízes históricas”¹⁵. Por isso, e recorrendo à terminologia comumente utilizada para qualificar as iniciativas mais oficiais, como a francesa, qualificou-a, igualmente, como “missão”.

Com efeito, muito desta circulação tem algo de comum com aquelas outras que estiveram diretamente ligadas às transformações no campo universitário brasileiro do período, incluindo suas disputas internas e externas, bem como seus respectivos condicionamentos políticos. Nesse sentido, foi muito significativa a influência das novas elites políticas em São Paulo no projeto de criação da USP e, depois, das universidades do interior paulista. Daí que o uso do próprio termo “missão portuguesa”, na formulação de Antônio Cândido, tenha o propósito claro de, perante a tendência para a esquecer quando se estuda esta temática, convidar a que se faça um paralelo, salvaguardando as especificidades de cada uma, com as chamadas *missões* de professores estrangeiros que, desde 1934, estiveram na formação da FFCL-USP, sendo a mais referida, devido ao destaque conquistado, em parte, pelo fascínio cultural francocêntrico da época, a *missão francesa*, composta por jovens professores, alguns dos quais, décadas depois, vieram a conquistar fama mundial¹⁶.

¹⁴ CÂNDIDO, Antônio – “Prefácio”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, p. 15-20, p. 15.

¹⁵ CÂNDIDO, Antônio – “Intelectuais portugueses e a cultura brasileira”. In GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares (Orgs.) – *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2002, p. 19-33, p. 30.

¹⁶ Os termos “missão francesa”, “missão italiana” e “missão alemã” guardam referência ao “grupo de professores estrangeiros que vieram contratados para inaugurar o ensino de matérias até então inexistentes em nível superior, ou renovar o de outras que, no currículo das velhas escolas, estavam ligadas ao intuito prático de formar profissionais liberais”. *Idem, ibidem*, p. 15. Cf. MASSI, Fernanda – “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)”. In MICELI, Sérgio

No entanto, ainda seguindo Cândido, a “missão portuguesa” é de outro tipo já por compartilhar a mesma língua, mas também por “não ser formada por grupos definidos nem ter existido oficialmente”¹⁷. Nomes como Jaime Cortesão, Rodrigues Lapa, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Antônio Pedro, Fidelino de Figueiredo, Agostinho da Silva, Vítor Ramos, João Sarmento Pimentel, são alguns dos professores, pesquisadores, artistas, jornalistas e políticos que atuaram no Brasil nessa conjuntura, alguns fixando raízes, outros retornando a Portugal ou indo a outros destinos. Como também Cândido incluiu a ação de Joaquim de Carvalho no ano de 1953¹⁸.

Embora esteja vinculada às contribuições intelectuais e artísticas, a Missão Portuguesa reuniu, em grande maioria, os nomes da oposição política e exilada do Estado Novo no Brasil. Alguns que, não oficialmente expulsos do país, foram perseguidos profissionalmente, impedidos de trabalhar, e assim empurrados para a emigração. Barradas de Carvalho, em artigo escrito para o jornal *Portugal Democrático*, editado em São Paulo¹⁹, chama atenção para a lista numerosa de matemáticos entre os professores universitários demitidos pelo regime

(Org.) – *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/ FINEP/ IDESP, 1989, Vol. I., p. 410-459.

¹⁷ CÂNDIDO, Antônio – “Prefácio”, *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁸ Ao se referir à esfera universitária dessa Missão Portuguesa, Cândido cita a presença de Joaquim de Carvalho, em São Paulo. CÂNDIDO, Antônio – “Intelectuais portugueses e a cultura brasileira”. In GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares (Orgs.) – *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2002, p. 19-33, p. 32.

¹⁹ O jornal *Portugal Democrático* foi criado em 1956 por um núcleo de emigrados portugueses “antifascistas” radicados em São Paulo. Com uma equipe que reunia diferentes posições políticas de oposição salazarista, segue editado até 1975, articulado a setores diversificados da sociedade brasileira, como universidades, editoras, sindicatos, partidos, associações estudantis, de escritores, de acordo com investigação de Douglas Mansur da Silva. O autor aponta que a publicação “ajudou a compor e foi parte integrante de uma rede internacional de combate ao Estado Novo e de apoio ao enfrentamento de outros regimes autoritários, como o de Espanha e, mais tarde, do próprio Brasil”. SILVA, Douglas Mansur da – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Coleção Estudos e Investigações n.º 42. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2006.

de Salazar, ex-docentes nas Universidades do Porto e Lisboa que, em maioria, tiveram como destino o Brasil²⁰. Além do número, a qualidade dos matemáticos emigrados pelo regime faz com Barradas reproduza comentário corrente de que a melhor escola de Matemática formada por portugueses não estava no Porto ou em Lisboa, mas então localizada em Recife:

Toda uma escola de matemáticos foi assim aniquilada pelo obscurantismo salazarista. E é esta a razão por que é possível dizer-se hoje que a melhor escola de matemáticos formada por portugueses não é a do Porto, nem a de Lisboa, nem a de Coimbra, mas sim a do Recife, aqui no Brasil, com Ruy Luís Gomes, Manuel Zaluart Nunes, Alfredo Pereira Gomes, José Morgado e António Brotas²¹.

Ao tratar da Missão Portuguesa no século XX, há ainda que integrar essa experiência a um fluxo migratório que remonta o período colonial e, até os anos de 1960, privilegiou o Brasil como principal destino. Migração que é seguida de um associativismo luso que refletia as transformações históricas e o embate de ideias em Portugal²².

²⁰ Na lista dos matemáticos que seguiram para o Brasil, Barradas de Carvalho cita: António Ricca Gonçalves (São Paulo), Alfredo Pereira Gomes (Universidade do Recife), Ruy Luís Gomes (Universidade do Recife), Manuel Zaluart Nunes, (Universidade do Recife), José Morgado (Universidade do Recife), António Brotas (Universidade do Recife), António Aniceto Monteiro (passagem pela Universidade de São Paulo e Universidade Nacional do Rio de Janeiro). CARVALHO, Joaquim Barradas de – *O obscurantismo salazarista*. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 15-16. Livro que reúne artigos publicados entre 1964-1970 no jornal *Portugal Democrático*, em São Paulo.

²¹ CARVALHO, Joaquim Barradas de – *O obscurantismo salazarista*. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 15-16. Livro de artigos publicados entre 1964-1970 no jornal *Portugal Democrático*, em São Paulo.

²² Como analisou Heloisa Paulo, o associativismo português em terras brasileiras é, “para além de um factor de manutenção da identidade étnica do grupo, um traço revelador das cambiantes que marcam a estruturação dessa mesma identidade”. PAULO, Heloisa – “Os insubmissos da colónia: a recusa da imagem oficial do regime

A partir dos anos de 1930, o regime buscou aliciar associações portuguesas no Brasil a aderir ao projeto do Estado Novo. Representações consulares e associações da colônia, nomeadamente em torno da Federação das Associações Portuguesas, atuam como agências de propaganda e redes de informação em defesa dos ideais salazaristas e contra as atividades da oposição, organizadas já de início, em torno das agremiações de cunho republicano e, depois, pelos exilados políticos²³.

Um outro aspecto a ser destacado trata das singularidades da conjuntura dos anos cinquenta. Em Portugal, a década se iniciou com uma ofensiva da repressão do regime seguida à frustração dos que esperavam que a vitória das forças Aliadas na Guerra traria a abertura democrática²⁴. Já a atuação internacional do governo brasileiro, especialmente a partir de 1951, é considerada como aquela de maior apoio ao regime de Lisboa, desde a implantação do Estado Novo português²⁵.

Esse estreitamento das relações luso-brasileiras é indissociável do conjunto de ações políticas implementado pelo Estado português para conservação do seu Império Ultramarino. Nessa estratégia, a diplomacia portuguesa volta-se para o Brasil, “ex-colônia de grande

pela oposição no Brasil (1928-45)”. *Penélope: Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Cosmos Editora, n.º 16 (1995), p. 9-24, p. 9.

²³ Segundo Heloisa Paulo, na sequência do golpe de 28 de maio de 1926, em Portugal, há uma imediata reação entre a ala republicana no Brasil, que forma a Liga dos Republicanos Portugueses (1926) e depois o Centro Republicano Dr. Afonso Costa (1932). Nessa “guerrilha velada” entre os agentes do regime no Brasil e a oposição, some-se ainda que, no período analisado pela autora, o Brasil vive a ascensão e queda de um regime ditatorial, no caso, o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). PAULO, Heloisa – “Os insubmissos da colônia: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-45)”. *Penélope: Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Cosmos Editora, n.º 16 (1995), p. 9-24, p. 10.

²⁴ Cf. LEMOS, Mário Matos; TORGAL, Luís Reis (Coordenação, introdução e conclusão) – *Oposição e eleições no Estado Novo*. Coleção Parlamento. Lisboa: Assembleia da República, 2012.

²⁵ SANTOS, Luiz Claudio Machado dos – *As relações Brasil-Portugal: do tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Tese de Doutorado. p. 56.

expressão na América Latina que, além de ser membro fundador da ONU, estava integrado ao contexto geopolítico do Atlântico Sul”²⁶. Para o governo brasileiro, a aliança foi vista como possibilidade de estreitar os vínculos com a Europa e fortalecer a defesa do país frente à ameaça comunista do leste²⁷, num posicionamento atribuído também em parte a uma chancelaria de orientação conservadora e a capacidade de ação do *lobby* português no Brasil.

No plano intelectual, o tema do colonialismo também ganha força, impulsionado por uma mudança estratégica na recepção das teses do escritor brasileiro Gilberto Freyre. Se a política colonial salazarista oscilava entre a rejeição implícita e a crítica aberta às ideias do sociólogo brasileiro nos anos de 1930 e 1940, o regime muda de perspectiva nos anos 1950, e encontra na doutrina do luso-tropicalismo a justificativa teórica oportuna à comunidade internacional para manutenção das colônias no Ultramar²⁸.

Com o fim do Estado Novo Getulista, em 1945²⁹, seguido do recrudescimento do regime em Portugal, uma nova etapa de imigração antissalazarista inicia-se nos anos cinquenta, marcada pela chegada de nomes como Carlos Maria de Araújo (1952), Fernando Lemos (1953), Adolfo Casais Monteiro (1954), Maria Archer (1955), Vítor Ramos (1955), Manuel Rodrigues Lapa (1957), Jorge de Sena (1959), entre outros. No depoimento da escritora Maria Archer, em 1956, sair de Portugal era

²⁶ GONÇALVES, Williams – As relações luso-brasileiras nos anos 1950. In SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Coords.) – *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: Cepese/Fronteira do Caos Editores, 2010, p. 102.

²⁷ SANTOS, Luiz Claudio Machado dos – *As relações Brasil-Portugal: do tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Tese de Doutorado.

²⁸ CASTELO, Claudia – “O modo português de estar no mundo”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 69-84.

²⁹ Deposto por uma junta militar em outubro de 1945, Getúlio Vargas volta à presidência do Brasil, agora por voto direto, no período de 31 de janeiro de 1951 a 29 de agosto de 1954.

opção inevitável frente à impossibilidade de viver e trabalhar, numa rotina de vigilância e censura:

“Vim para o Brasil, tendo chegado dia 15.07.1955, porque já não podia viver em Portugal. A ação da censura asfixiou-me e tirou-me os meios de vida. Apreenderam-me dois livros publicados, assaltaram-me com policiais a casa e levaram-me um original que ainda estava escrevendo, violência inédita em países de civilização europeia”³⁰.

Esse fluxo de oposicionistas portugueses, que se mantém até o Golpe Militar de 1964 e a instauração de uma nova ditadura no Brasil, ganha visibilidade com a fundação do jornal *Portugal Democrático* em 1956³¹. No entanto, compreende-se que iniciativas anteriores e diversas, incluindo anarquistas, republicanos e democratas de diferentes tendências, são fundamentais para a formação e articulação de núcleos oposicionistas, também com a participação de brasileiros. Nesse sentido, registre-se, para os inícios dos anos cinquenta, que os opositores do regime de Salazar da colônia portuguesa em São Paulo articulavam-se em torno da *Revista Cultural Anhembi*, fundada e dirigida pelo jornalista brasileiro Paulo Duarte, e do jornal *O Estado de São Paulo*³², ambos também antigetulistas. Nesse contexto, será

³⁰ ARCHER, Maria – *Diário de Notícias*, Lisboa, 15/1/1956 apud BATISTA, Elisabeth – *Entre a literatura e a imprensa: percursos de Maria Archer no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2007. Tese de Doutorado. p. 59.

³¹ Cf. SILVA, Douglas Mansur da – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Coleção Estudos e Investigações n.º 42. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2006.

³² O jornal *O Estado de São Paulo*, dirigido por Júlio Mesquita Filho, acolheu como colaboradores diversos intelectuais portugueses exilados ou emigrados políticos nos anos cinquenta. Para Walnice Nogueira Galvão, há duas razões centrais para essa distinção. Primeiro por Júlio Mesquita Filho alimentar, à época, princípios democráticos, já que ele próprio se exilara e tivera o jornal confiscado pela ditadura Vargas durante vários anos. Depois, “por sua convicção de que escreviam bem”.

útil destacar dois momentos significativos do núcleo formado por portugueses e brasileiros em São Paulo.

De Portugal para o Brasil: disputas por uma *intelligentsia* portuguesa

No primeiro, em 1952, a reação da Sociedade Paulista de Escritores a chegada de uma “Missão Intelectual ao Brasil”, organizada pelo regime português e recebida com honras pelo presidente Getúlio Vargas. “Aproveitando a viagem inaugural do paquete Vera Cruz”, o Governo português envia um grupo de professores, escritores, jornalistas, artistas e políticos com o objetivo de “levar àquele País uma ideia tanto quanto possível completa de Portugal, por meio de conferências a realizar no Rio de Janeiro e São Paulo”³³, como informava o convite do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo ao escritor João Ameal, parlamentar português, considerado historiador-ideólogo do regime³⁴.

Com a chegada dessa comitiva em São Paulo, a Sociedade Paulista de Escritores (SPE) enviou um telegrama de saudação que é reproduzido no jornal *Estado de São Paulo*³⁵ e na *Revista de*

GALVÃO, Walnice Nogueira – “O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro”. In LEMOS, Fernando; MOREIRA LEITE, Rui (Orgs.) – *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, p. 23-26, p. 26.

³³ Trecho da carta-convite enviada a João Ameal por João Manuel da Costa, Secretário Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. Lisboa, 7/2/1952. Espólio João Ameal, Cartas, Cota: BN Esp.E37/Cx.31, acervo Biblioteca Nacional de Portugal. A viagem inaugural do transatlântico Vera Cruz terminou no porto do Rio de Janeiro em 29 de março de 1952.

³⁴ João Ameal (1902-1982) é o pseudônimo de João Francisco de Barbosa Azevedo de Sande Ayres de campos, 3.º conde do Ameal, escritor português, deputado da Assembleia Nacional, entre 1942 e 1957. Monárquico, católico, de formação tomista, é considerado historiador-ideólogo do salazarismo. TORGAL, Luís Reis – *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, vol. II, p. 83-88.

³⁵ *O Estado de São Paulo*, 8/3/1952.

*Cultura Anhembi*³⁶, veículos ligados a grupos intelectuais brasileiros que aderiram a causa antissalazarista³⁷. Na mensagem publicitada, a Sociedade pretendia “deixar claro” que a alegria na saudação seria maior “se, em lugar de uma comissão composta apenas de escritores ligados ao governo, tivessem nela vindo outros ilustres e altíssimos expoentes da intelectualidade portuguesa, alheios às lides políticas ou de várias correntes partidárias”³⁸. As presenças e as ausências são citadas nominalmente, na defesa do que seria uma composição mista, abrigando alguns dos nomes “escolhidos” pelo regime à viagem ao Brasil – nos quais Vitorino Nemésio, Daniel Barbosa, Arruda Ferrer, Orlando Ribeiro – com outros francamente excluídos das iniciativas oficiais, como João de Barros, António Sérgio, Egas Moniz, Rodrigues Lapa e Câmara Reis. Afirmando-se como “entidade intransigentemente contra quaisquer restrições à manifestação do pensamento e a outras liberdades públicas essenciais”, a Sociedade Paulista de Escritores fez a crítica ao regime português ao defender tais valores como “condição sem a qual jamais poderá haver clima para a Inteligência”³⁹.

Com outro tom, a mesma entidade enviou um segundo telegrama, também reproduzido no *Estado de São Paulo*, mas agora destinado ao escritor português Aquilino Ribeiro, que se encontrava em visita ao Brasil fora do circuito oficial. Nessa mensagem, referem-se a um “legítimo representante da inteligência portuguesa”, acrescentando que, em São Paulo, “a intelectualidade se orgulha de ter como fonte principal suas tradições de espírito aquelas brotadas em território

³⁶ *Revista de Cultura Anhembi* (1950-1962).

³⁷ O telegrama da Sociedade Paulista de Escritores é assinado por Paulo Duarte, presidente, Mário Neme, secretário-geral, Décio de Almeida Prado, secretário, Américo Brasiliense de Moura, tesoureiro, Sérgio Buarque de Holanda, João Amoroso Neto e Artur Leite de Barros, membros do conselho da entidade.

³⁸ *O Estado de São Paulo*, 8/3/1952.

³⁹ *Ibidem*

luzitano ao genio dos altos expoentes da literatura e do pensamento português”⁴⁰.

De modo mais incisivo, a *Revista Anhembi*, fundada e dirigida por Paulo Duarte, então presidente da Sociedade Paulista de Escritores, reproduzia o telegrama à Comissão e criticava o apoio de entidades como Academia Brasileira de Letras (ABL) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ao “receberem de braços abertos a missão do DIP do Sr. Salazar”. No entanto, ressaltava as poucas vozes que se opuseram a “falsificação da inteligência portuguesa”, representada por uma “comissão fascista”:

“No Rio, o “Correio da Manhã” e algumas poucas vozes levantaram-se também contra essa falsificação da inteligência portuguesa que, de forma alguma, pode ser representada por uma comissão fascista enviada por um governo fascista, que abafou em Portugal qualquer livre manifestação de espírito”⁴¹.

Com expressões duras e frases irônicas, o redator da coluna “*Jornal em 30 dias*” fez a crônica da programação e dos discursos realizados pela comitiva entre o Rio de Janeiro e São Paulo. O historiador João Ameal é apresentado pelo cronista da *Anhembi* como “historiador oficial do governo e do clero português”, antes “agente da propaganda nazista em Portugal”, e agora tido como “filósofo-máximo” para divulgar “o pensamento do sr. Salazar”. Comentava que, a convite da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP) para a conferência “o pensamento português atual”, o segundo visconde do Ameal limitou-se “a tratar de uma coisa que, durante a conferência, verificamos não existir: o seu próprio pensamento”. Ou para o cronista pior, “teceu louvores

⁴⁰ O *Estado de São Paulo*, 8/3/1952.

⁴¹ “Inteligência portuguesa e Salazarismo”. *Revista Cultural Anhembi*, ano II, vol. VI, n.º 18 (maio de 1952), p. 519-523, p. 520.

aos benefícios e vantagens que advêm do “sistema” político que é o “paternalismo salazarista”.

O artigo rebatia ainda a entrevista de outro integrante da comitiva, o professor de Letras da Universidade de Lisboa, Vitorino Nemésio, na qual afirmava que a “missão não tem qualquer objetivo político”, mas sim cultural. Em tom irônico, diz que não seria de estranhar que o regime não enviasse “um João de Barros, um António Sérgio, um Miguel Torga (que tanta afinidade tem conosco), um Egas Moniz”, como provoca, em clara alusão ao paternalismo Getulista, de quem Paulo Duarte era opositor declarado:

Bem sabíamos que a propaganda política, toda ela feita nos moldes do defunto (?) fascismo, de há muito procura fazer o mais completo silêncio à volta daqueles intelectuais. Êstes, por certo, não virão ao Brasil, enquanto do outro lado do Atlântico reinar aquela curiosa doutrina que, na falta de melhor nome, passou a denominar-se depois da guerra de “paternalismo”.

Em suma, a revista afirma a dualidade entre “pensadores portugueses dos pensadores do sr. Salazar” e deslegitima a comissão como representante do pensamento português, pois, a junção “totalitarismo e inteligência não é possível”⁴². Tornava, assim, declarada publicamente uma disputa que já se dava de modo silencioso e que terá desdobramentos.

O segundo momento a ser destacado se relaciona com o anterior já por incluir nomes da oposição ao regime português nos preparativos da programação do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo, em 1954. Um conjunto de eventos deveriam celebrar o Estado mais rico da federação, que buscava afirmar sua influência cultural e

⁴² *Ibidem*. Na mesma edição, a *Revista Anhembi* denuncia que o Governo português havia proibido sua circulação em Portugal.

se consolidar no imaginário nacional como “locomotiva” a rebocar o país. Entre desfiles e cortejos, a programação contava com uma Bienal de Artes Plásticas, um festival internacional de cinema, inauguração do Parque Ibirapuera, entre outras atividades. Também estava previsto o Congresso Internacional de Escritores, organizado pela Sociedade Paulista de Escritores, sob a presidência do jornalista Paulo Duarte, com patrocínio da UNESCO e Comissão do IV Centenário. O evento reunia nomes estrangeiros, como o prêmio Nobel William Faulkner, o poeta Robert Frost, Paul Rivet, Leopoldo Zea, Roger Bastide, Rodrigues Lapa, Jaime Cortesão, e brasileiros, como Antônio Cândido, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Florestan Fernandes, entre outros.

Nos bastidores, operava-se o traslado do crítico literário português Adolfo Casais Monteiro, impedido de dar aulas e dirigir publicações em Portugal desde os anos 1930, por motivações políticas. A viagem se pretendia definitiva ao Brasil, mas era anunciada somente para o Congresso e enfrentava resistências por parte do regime. Isso porque a definição dos convidados vindos de Portugal se tornou ponto de negociação com o Governo português, como sublinha a pesquisadora Walnice Nogueira Galvão⁴³. Inicialmente, a Comissão do Congresso havia convidado Casais Monteiro e o também escritor oposicionista Miguel Torga, no que o governo português reagiu, condicionando a permissão para saída de ambos ao convite “a dois dos nossos”. No caso, seriam o Conde de Aurora e o professor de Literatura de Coimbra, Álvaro da Costa Pimpão.

No entanto, tudo fora arquitetado para que Casais Monteiro tivesse grande visibilidade no evento e seu renome fosse realçado: foi-lhe atribuído o primeiro lugar entre os oradores, como apresentador da

⁴³ GALVÃO, Walnice Nogueira – “O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro”. In LEMOS, Fernando; MOREIRA LEITE, Rui (Orgs.) – *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, p. 23-26.

primeira tese, logo na primeira sessão, além de convidado a integrar o seletivo grupo de 11 membros nomeados para redigir a Carta de Princípios do Congresso e fazer parte da comissão encarregada de depositar flores no túmulo de Mário de Andrade. Também designado formalmente porta-voz dos congressistas estrangeiros, o crítico literário era ainda o único a ter duas teses a apresentar⁴⁴. “Para contrabalançar, ou ao menos, disfarçar um pouco, guindou-se Álvaro da Costa Pimpão à mesa que presidia os trabalhos. Entretanto as posições eram bem demarcadas”⁴⁵, ressalva Walnice Galvão.

Nesse contexto, de crivo do governo português quanto aos nomes a serem enviados ao Brasil, bem como de formação de uma ala oposicionista a Salazar com forte presença de intelectuais brasileiros, especialmente em São Paulo, situa-se a viagem de Joaquim de Carvalho ao Brasil, planejada desde fins de 1951.

Joaquim de Carvalho no Brasil

Nos inícios de 1953, o professor da USP, João Cruz Costa, já lamentava a possibilidade concreta do convite a Joaquim de Carvalho não se realizar. “Compreendo, porém, a situação. E, quando a gente tem outra e tal gente pela frente... É de amargar, como cá se diz... Não sendo a gente grata persona, é o diabo”, solidarizava-se em correspondência privada, garantindo a discricção das informações recebidas⁴⁶. Na mesma carta, informava ao amigo que a notícia da

⁴⁴ As teses apresentadas por Casais Monteiro foram “Problemas da crítica de arte”, que depois seria publicada como livro em “Uma tese e algumas notas sobre a arte moderna” (Ministério da Educação, 1956), e “Fernando Pessoa, o insincero verídico”, publicada pela editora Agir, em 1958.

⁴⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira – “O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro”. In LEMOS, Fernando; MOREIRA LEITE, Rui (Orgs.) – *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, p. 23-26, p. 25.

⁴⁶ Carta de João Cruz Costa para Joaquim de Carvalho. São Paulo, 16/1/53, Arquivo familiar Joaquim de Carvalho. Sublinhados originais de Cruz Costa.

viagem dele ao Brasil, anunciada como certa em coluna do jornal *Estado de São Paulo*, havia despertado o interesse do escritor Paulo Duarte em torno do seu nome. Desconfiado de iniciativas institucionais, o diretor da *Anhembi* havia telefonado a Cruz Costa, com quem tinha boas relações na altura, para se informar sobre as condições que traziam o professor português ao Brasil. Após a Missão oficial de 1952, Paulo Duarte cercava-se de cautelas, atento às barganhas do regime com as instituições brasileiras, no caso, a Reitoria da USP. Cruz Costa logo tratou de esclarecer:

“Há dias, quando saiu aquela noticia sobre a sua vinda, telefonou-me o Paulo Duarte. Queria saber quem era o senhor, pois acreditava que talvez a sua viagem resultasse de alguma barganha com o Reitor Leme e dispunha-se a preparar um daqueles artigos de desancar. Tranquilizei-o e disse-lhe que o convite fora feito por mim e que o senhor era meu amigo e merecia toda a atenção. Ficou o Paulo muito satisfeito”⁴⁷.

Joaquim de Carvalho aguardava já há um ano que se reunissem as condições institucionais e pessoais para sua viagem e considerava ele próprio prejudicado pelo contexto em torno da Missão oficial de 1952. Em março desse ano, comentou com Cruz Costa o silêncio em torno do pedido da Universidade de Coimbra ao Ministério da Educação para custear o traslado ao Brasil, solicitação inoportuna quando formava-se uma “embaixada cultural” ao País:

“A Univ. recebeu a com. da Fac. e logo o reitor consultou o Diretor da Fac.; o resultado foi o pedido oficial da Univ. ao Ministério para que me possam pagar as viagens, a mim e a minha

⁴⁷ Carta de João Cruz Costa para Joaquim de Carvalho. São Paulo, 16/1/53, Arquivo familiar Joaquim de Carvalho.

filha. Ignoro inteiramente o destino do pedido. Nada transpira; o silêncio, porém, é compreensível nesta ocasião, em q se prepara ainda aí de uma “embaixada cultural” de gratas figuras da oratória da Radio, com 2 ou 3 figuras da Univ.de e da intelectualidade política. O convite da Fac., nesta altura, não convem q tenha seguimento nem transpire, sequer”⁴⁸.

De Coimbra, o professor acompanhou à distância a recepção dessa comitiva oficial no Brasil, com informações privilegiadas repassadas por Cruz Costa sob as críticas de setores intelectuais brasileiros. Também tratava de situar o amigo brasileiro sobre os nomes “sem marca política ostensiva” que faziam parte da Comissão, a exemplo do geógrafo Orlando Ribeiro e do jurista Férrer Correia. Para o professor, personalidades bem diferentes de um João Ameal, ou ainda, na intimidade com o amigo, na alcunha de “Asneal”. Disse Joaquim de Carvalho:

“O Orlando Ribeiro e o Ferrer Correia são pessoas de bem, capazes de honrar qualquer comissão, e sem marca política ostensiva. Mta. gente lamentou q tivessem aceitado a companhia, ou antes o encargo, para melhor dizer, de cobrirem insignificantes palavras como o Ameal, a quem também chamam o Asneal”⁴⁹.

Somente em janeiro de 1953, as condições materiais para a viagem do professor de Coimbra são garantidas com o apoio do diretor da Companhia Nacional de Navegação, Bernardino Correia, em negociação

⁴⁸ Carta de Joaquim de Carvalho a Cruz Costa. Coimbra, 12/3/52, Arquivo Pessoal Cruz Costa, Biblioteca Florestan Fernandes, Universidade de São Paulo.

⁴⁹ Carta de Joaquim de Carvalho a Cruz Costa. Coimbra, 25/4/52, Arquivo Pessoal Cruz Costa, Biblioteca Florestan Fernandes, Universidade de São Paulo.

pessoal com o reitor da Universidade de Coimbra⁵⁰. Por meio da correspondência, Cruz Costa participou de toda preparação de um amigo que iria atravessar o oceano pela primeira vez. Joaquim de Carvalho indagava sobre o que levar na bagagem, o que vestir nos trópicos, as encomendas desejadas, onde ficar em São Paulo, os livros com que poderia contar para preparar suas lições. Mas reforçava suas cautelas quanto ao ambiente de vigilância do regime, uma vez que deixava a esposa e nove filhos em Portugal e pretendia voltar à universidade. Para se resguardar, pedia ajuda ao amigo em um ponto: não dar entrevistas e restringir sua programação a vida universitária.

“Ponto importantíssimo: desejo, quero e necessito de limitar a minha atividade à Faculdade. Entrevistas – nada. Já sabe a razão; por isso, mta. Prudência no q os jornais disserem”⁵¹.

Quando embarcou com a filha como convidados no navio Serpa Pinto, em 31 de março de 1953, ambos testemunharam e conviveram com um vigoroso fluxo de migrantes rumo ao Brasil. Na memória da filha Dulce, havia uma terceira classe numerosa, formada pelos muitos portugueses pobres que iriam tentar a sorte no além-mar. Multidão que, na lembrança de Dulce, seguia “na maior das misérias porque iam à deriva para ver o que arranjavam no Brasil”⁵².

Partiram de Lisboa, com paragens pela Madeira, Recife, Salvador, até o desembarque em Santos, no dia 18 de abril daquele ano de 1953. No Brasil, Joaquim de Carvalho era aguardado com expectativa por um mosaico de diferentes grupos, desde intelectuais universitários de

⁵⁰ Na negociação, o empresário aceitava fazer o traslado de ida e volta do professor e da acompanhante, a filha e secretária pessoal Dulce Montezuma de Carvalho, pelos 30 contos de escudos conseguidos no Instituto de Alta Cultura.

⁵¹ Carta de Joaquim de Carvalho a Cruz Costa. Coimbra, 11/2/53, Arquivo Pessoal Cruz Costa, Biblioteca Florestan Fernandes, Universidade de São Paulo.

⁵² Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho à pesquisadora no dia 5 de dezembro de 2012 na cidade de Figueira da Foz.

esquerda e de direita, integrantes de instituições culturais brasileiras, nomes da oposição salazarista no país, por portugueses da ala mais conservadora. As conexões antecederam a viagem, bem como o conhecimento e interesse de Joaquim de Carvalho sobre o Brasil. Basta lembrar que, como organizador da coleção *Biblioteca Filosófica* (iniciada em 1947) e editor da *Revista Filosófica* (1951-1957)⁵³, já havia estabelecido contatos com intelectuais da filosofia, da história e da sociologia no País. A reputação de mestre da História Cultural portuguesa também estreitava os laços com os emigrantes à frente de entidades de portugueses, a exemplo do Real Gabinete Português de Leitura. Havia ainda ex-alunos e amigos, que difundiam interesses na visita do professor.

Não sendo este o momento de aprofundar os temas abordados por Joaquim de Carvalho e a recepção em cada evento, ressalte-se aqui somente a constante defesa pela liberdade de pensamento e abertura ao diálogo entre divergentes. Magistério que se refletiu na costura da programação durante os quase três meses em que esteve no Brasil, desde a Universidade de São Paulo aos convites que atendeu no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Comece-se por sua primeira intervenção na FFCL-USP, onde ministrou um curso sobre a cultura filosófica e a filosofia de Espinosa. Era ciceroneado por Cruz Costa e pelo então diretor da Faculdade, Fernando Azevedo, um dos pioneiros na construção das Ciências Humanas da USP, quem o apresentava como “primeiro grande historiador português das ideias e da cultura”⁵⁴.

Coerente com a sua profissão de fé na liberdade de pensar, aceitou o convite do grupo divergente de Cruz Costa, realizando uma conferência

⁵³ A *Revista Filosófica* foi dirigida por Joaquim de Carvalho de março de 1951 a dezembro de 1957. No ano de 1959, seu filho, Joaquim de Montezuma de Carvalho, organizou o n.º 22, volume póstumo, com as últimas traduções feitas pelo pai e colaborações de Américo Castro, Mario Bunge, José Pecegueiro e Miguel Reale.

⁵⁴ AZEVEDO, Fernando apud CARVALHO, Joaquim Montezuma de (Org.) – *Joaquim de Carvalho no Brasil, juízos e depoimentos*. Coimbra: Atlântida, 1958, p. 48-49, p. 49.

sobre “Fenomenologia da Saudade” no Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), presidido por Miguel Reale, desafeto principal de seu amigo, mas com quem privou uma relação de respeito intelectual.

De São Paulo, Joaquim de Carvalho seguiu para o Rio de Janeiro a convite da Universidade do Brasil, oficialmente por intermédio do Reitor Pedro Calmon, e do diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, o decano Antônio Carneiro Leão. O conteúdo das lições que apresentou não é menos representativo para compreensão do pensamento português: Antero de Quental. Embora não fosse uma temática diretamente política, evocava um dos melhores poetas portugueses e um grande pensador que tinha levantado questões que continuavam a ter grande atualidade, mormente as que criticavam a autossuficiência do cientificismo e aquelas que procuravam um fundamento ético para a radicação de transformações sociais criadoras de um mundo melhor.

No auditório, esteve presente às duas lições outro grande poeta, o brasileiro Manuel Bandeira, interessado no assunto desde antes. Amigo do exilado português Jaime Cortesão, que morava no Rio de Janeiro, conheceu pessoalmente Joaquim de Carvalho na oportunidade. Como anos antes, em 1942, Bandeira havia escrito, em coautoria com Cortesão, um opúsculo para as comemorações do centenário de Antero de Quental⁵⁵, as lições de Joaquim de Carvalho tinham de o impressionar. Assim prova o tom com que, anos depois, em carta ao filho de Carvalho, rememorou esse encontro:

Magistrais! (as duas aulas). Eu sentei-me na primeira fila; seu Pai, em tom de conversa quase confidencial, dando a impressão às vezes de que está achando no momento as coisas que vai dizendo,

⁵⁵ BANDEIRA, Manuel; CORTESÃO, Jaime – *Glória de Antero*. Cadernos da “Seara Nova”, Biografias. Lisboa: Seara Nova, 1943.

de sorte que me parecia em certos instantes que ele falava para mim só. Foram duas horas de extraordinário deleite⁵⁶.

Ainda no Rio de Janeiro, atendeu chamado da comunidade portuguesa no que se transformou em uma de suas conferências de maior repercussão. Para celebrar Camões, no dia em comemoração ao poeta d'*Os Lusíadas*, 10 de junho, o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro convidou o professor de Coimbra como orador principal. Entre o público luso-brasileiro, são citados membros da Academia Brasileira de Letras, do corpo diplomático, políticos e professores universitários.

Durante a viagem ao Brasil, Joaquim de Carvalho privilegiou assuntos da sua especialidade relacionáveis com a formação e compreensão do pensamento histórico-filosófico-cultural em Portugal e, indiretamente, com uma das matrizes da formação mental do Brasil. Mesmo em Espinosa, há o aspecto luso-judaico da sua origem presente na reflexão do professor. E a mesma intenção se nota no ciclo de Conferências que ministrou em Belo Horizonte, na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, pois aí falou sobre os filósofos Pedro da Fonseca⁵⁷ (1528-1597), Luís Antonio Verney⁵⁸ (1713-1792) e novamente Antero, nomes

⁵⁶ BANDEIRA, Manuel – “Amigo Joaquim”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (Org.) – *Op. Cit.*, p. 79-80, p. 80.

⁵⁷ Segundo Joaquim de Carvalho, Pedro da Fonseca foi o grande pioneiro e artífice no processo crítico de sistematização metafísica da Segunda Escolástica “com as notáveis explanações e *quaestiones* que aditou à sua monumental edição, tradução e comentário dos livros I-IX da Metafísica de Aristóteles”. Nesse processo, ainda de acordo com Carvalho, atuaram três correntes: o cartesianismo, o empirismo e o ecletismo. CARVALHO, Joaquim – “Introdução ao ensaio filosófico sobre o entendimento humano de John Locke”. In: *Obra Completa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, vol. II, p. 301-354.

⁵⁸ Luís Antonio Verney é autor do polémico *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) e, segundo Joaquim de Carvalho, data-se deste estudo o cultivo da História da Filosofia em Portugal, “embora, rigorosamente, não tenha exposto a História da Filosofia como disciplina autónoma, mas como propedêutica filosófica”. CARVALHO, Joaquim de – “Evolução da historiografia filosófica em Portugal até fins do século XIX”. In *Obra Completa*, vol. II, p. 121-154, p. 122.

que compartilham uma matriz comum ao terem sido inovadores à sua época. Em tempos de ditadura, pôr em evidência essa herança, enriquecia a preparação de linhas de pensamento que urgia serem mais bem conhecidas.

A versão da PIDE

Paralelo a boa recepção no país, a viagem era acompanhada de perto pela polícia política portuguesa. Sem poder associar a ação do professor de Coimbra às atividades comunistas, restou ao informante da PIDE, identificado como “Inácio”, atribuir a ida de Joaquim de Carvalho ao Brasil como ato promovido e financiado pela Maçonaria dos dois países.

“Este antissituacionista e maçom, como é do nosso conhecimento, encontra-se no Brasil, numa missão a que chamamos “Cultural”, mas segundo se apura nos meios maçons, a sua estada ali, está inteiramente ligada à ação da maçonaria. - Verifique-se que tal “seita”, está seguindo com extraordinário interesse a sua atividade em tal país e rejubila com o triunfo alcançado, pensando-se já em fazer-lhe grande recepção quando do seu regresso. Habeis manejos e atitudes pois esta “seita” tudo aproveita e não olha a despesas de forma alguma”⁵⁹.

No relato, percebe-se que o informante buscou descredibilizar a ação do professor no País, bem como reduzir as atenções despertadas por sua presença a uma teoria conspirativa de raízes na militância republicana, que abrigava muitos *maçons*. Embora Carvalho tenha

⁵⁹ Cópia informação Inácio, de 12/6/53, “Dr. Joaquim de Carvalho”. ARQUIVO PIDE/DGS. Pasta Joaquim de Carvalho, Del.Coimbra, PI-646 NT 10390, fol. 114. Arquivo Nacional Torre do Tombo.

participado da maçonaria ainda na juventude⁶⁰, não consta ter continuado as atividades na sociedade secreta, oficialmente dissolvida em 1937 pelo Estado Novo. É mais provável a associação do agente da PIDE ser fruto da relação de nomes da maçonaria com a causa Republicana, coincidindo com muitos terem emigrado ao Brasil, como Alberto de Moura Pinto⁶¹, Jaime de Morais⁶² e Jaime Cortesão⁶³. De todo modo, o relato das dificuldades materiais de Joaquim de Carvalho para realizar a viagem ao País contradiz a afirmação do informante da Pide de que estava sob financiamento de uma organização que “não olha a despesas de forma nenhuma”⁶⁴.

Ao informante da PIDE, passou despercebida o que seria a ação mais subversiva disseminada por Joaquim de Carvalho entre oposicionistas e situacionistas no Brasil: o valor da liberdade. Essa é a leitura captada por Jaime Cortesão, amigo exilado, que o acompanhou em atividades no Rio de Janeiro.

⁶⁰ De acordo com Oliveira Marques, Joaquim de Carvalho foi iniciado na Maçonaria em 1912 na loja A Revolta, de Coimbra, com o nome simbólico de Guyau e atingiu em 1919 o grau 7.º do Rito Francês. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, 1986, vol. I, p. 286.

⁶¹ Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, Alberto de Moura Pinto (1883-1960) foi magistrado e político português, que desempenhou funções da administração pública. Republicano, após 1926, integrou a oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo, sendo preso e deportado para os Açores, depois exilando-se na Espanha e Brasil. Foi iniciado na Maçonaria em 1909, na loja Tenacidade, de Águeda. *Idem, ibidem*, p. 1124.

⁶² Jaime Alberto de Castro Morais (1882-1974) foi Oficial de Marinha e bacharel em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Republicano, desempenhou cargos no Governo Provisório e depois no Governo das Colônias. Por integrar a Revolta de 1927, seguiu para o exílio e retornou clandestinamente a Portugal. Foi preso em 1928 e deportado para São Tomé, de onde consegue fugir para o exílio em Espanha, França, Bélgica e por fim Brasil, onde vive até sua morte. Iniciado na Maçonaria em 1909, na loja Independência Nacional, de Lisboa. *Idem, ibidem*, p. 1002-1003.

⁶³ Iniciado *maçon* em 1911 na loja coimbrã Redenção, Jaime Zuzarte Cortesão não passou do grau de Aprendiz. Em 1926 foi-lhe concedido, a seu pedido, atestado de quite. Em 1934, já no exílio, obteve a regularização na loja coimbrã Construir, sendo elevado ao grau 3.º. *Idem, ibidem*, p. 417.

⁶⁴ Cópia informação Inácio, de 12/6/53, “Dr. Joaquim de Carvalho”. ARQUIVO PIDE/DGS. Pasta Joaquim de Carvalho, Del.Coimbra, PI-646 NT 10390, fol. 114. Depósito no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

“Sem desdouro para outros ilustres cidadãos seus pares, creio que, no último meio-século, ninguém em Portugal, melhor do que Joaquim de Carvalho, encarnou e exprimiu o valor da Liberdade como condição essencial da dignidade humana, e a sua função criadora na história do povo português.

(...) A sua compreensão austera e militante da liberdade como direito medular do homem, fonte de inteireza moral, de tolerância e respeito pelos ideais políticos alheios, dava-lhe a dupla maestria do sabor e da conduta para aquela espécie de trabalho”⁶⁵.

Em depoimento escrito após o falecimento de Joaquim de Carvalho em 1958, Cortesão compartilhou um episódio ocorrido durante almoço oferecido pela comunidade portuguesa, no caso antissalazarista, do Rio de Janeiro. Na invocação da memória do discurso do mestre, a defesa da liberdade de pensamento como valor incondicional, exigida independentemente da posição assumida, e para qual não podia prescindir o respeito aos adversários ideológicos. Segue o relato nas palavras do escritor português:

“Quando de sua estadia no Brasil, onde eficaz e nobremente representou a cultura e a história da cultura nacional, alguns de seus admiradores e amigos portugueses do Rio de Janeiro ofereceram-lhe um almoço.

(...) Durante o repasto e quando todos falavam com preocupação do futuro político de Portugal, um dos convivas e dos mais ilustres, formulou votos em que transpareciam propósitos apaixonados de vindice contra os adversários. Tratava-se duma das pessoas que se associara mais calorosamente à homenagem. Vi então Joaquim

⁶⁵ CORTESÃO, Jaime – “Depoimentos”. *Jornal Mar Alto*, Aveiro, ano V, n.º 233 (11/4/1959), p. 15 e 18. O original do texto, assinado por Cortesão, com o título “Joaquim de Carvalho, Apóstolo da Liberdade” foi localizado no Arquivo Pessoal Joaquim de Carvalho, Arquivo Municipal Figueira da Foz, Caixa 31.1 (papéis avulsos).

de Carvalho erguer-se e com indignada veemência defender, em nome da liberdade de pensamento, o respeito pelos adversários ideológicos. Inflamara-se. A sua voz tremia”.

A sensibilidade de Jaime Cortesão sintetizava a estratégia do mestre de Coimbra também no Brasil que, sem abrir mão de seus posicionamentos antissalazaristas, se mantinha coerente quanto à abertura ao diálogo entre divergentes. Para o escritor expulso de Portugal, aquele foi um dos momentos altos da atuação de Joaquim de Carvalho no Brasil. “Acabara de proferir uma de suas melhores lições. E eu vi na minha frente, em toda a sua grandeza, mais e melhor que o prosélito e o Mestre, o Apóstolo”.